**Grupo: Amanda Cristina Gaban, Ana Maria Oliveira e Guilherme Antonio Ferrari Scudeller**

**Resumo**

**Texto: Construção democrática, neoliberalismo e participação:** **os dilemas da confluência perversa Autora: Evelina Dagnino**

**Questões para orientação em torno das ideias de Dagnino:**

* Como explicar a ideia de uma convergência (confluência, tal qual no texto) perversa?
* Como a noção de "projeto político" pode favorecer a análise das relações Estado-Sociedade Civil?
* Quais são os significados em torno de sociedade civil, participação e cidadania, considerando os propósitos dos projetos políticos considerados pela autora?

 O texto de Evelina Dagnino inicia-se deixando clara a questão da disputa política, que é sempre dinâmica, como constituinte do processo de democracia. Explora-se “os contornos de uma *crise discursiva*, que parece atravessar as experiências contemporâneas de construção democrática no Brasil e na América Latina. Essa crise discursiva resulta de uma *confluência perversa* entre, de um lado, o **projeto neoliberal** que se instalaem nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um**projeto democratizante**, participativo, que emerge a partir dascrises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionaisde aprofundamento democrático”.

 Essencial é salientar que os dois projetos citados são, na verdade, “dois conjuntos de **princípios básicos** sob os quais se articula toda uma variedade de **subprojetos**, que apresentam uma relativa **diversidade** interna”.

 O projeto **democratizante**, de um lado, teve como marco formal a Constituição de 1988, sendo que é caracterizado por surgir de um período de luta contra a ditadura militar, destacando-se, nesse contexto, os movimentos sociais. O restabelecimento da democracia formal, havendo eleições livres e com uma reorganização partidária, possibilitou a alocação deste projeto dentro do âmbito do poder do Estado (Nação), em nível dos executivos municipais e estaduais e dos parlamentos e, igualmente importante, do executivo federal, com a eleição de Luis Inácio “Lula” da Silva como presidente da República. Conseguintemente, passou-se a apostar na **ação conjunta** entre o Estado e a sociedade civil para o aprofundamento democrático almejado

 No outro lado, “com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” – modelo neoliberal do **Consenso de Washington**

 Para Evelina Dagnino, a perversidade residiria no seguinte aspecto: “apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”. Ainda, segundo a autora, “Por perversa, me refiro aqui a um fenômeno cujas conseqüências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar”. É instaurada uma tensão, entre os dois projetos, que se faz presente no avanço democrático no País. É evidenciada a complexidade deste processo. É preciso acabar com as análises simplistas e unidirecionais. É urgente conferir uma definição mais adequada à noção de **projeto político** primeiramente ao nível teórico e, posteriormente, ao nível empírico, com a investigação e a análise dos projetos políticos em disputa. Projetos políticos aqui se aproximam do sentido da visão gramsciana, designando os conjuntos de crenças, interesses e afins que servem de guia para a ação política dos diferentes sujeitos.

 Também é importante acabar com a visão de que o Estado é a “encarnação do mal” e a sociedade civil é o “pólo de virtudes democratizantes”, uma vez que deste modo não se é possível entender a complexidade inerente ao processo democrático, ou seja, essa generalização prejudica, com suas formas simplistas, o entendimento do que realmente há envolvido nesta questão. “A noção de projetos políticos pode contribuir para superar essa visão homogeneizadora tanto do Estado quanto da sociedade civil e o reconhecimento da sua diversidade interna, como base para repensar as suas relações”.

 Evelina Dagnino evidencia que no Brasil o projeto neoliberal encontra um oponente à altura, embora não hegemônico, criando um campo de disputa. Ainda, “as noções de sociedade civil, participação e cidadania mantêm entre si uma estreita relação” e foram escolhidas porque, segundo a autora, são elementos centrais dentro dos deslocamentos de sentido que ambos os projetos promovem, com um linguajar muitas vezes parecido, todavia, de atribuições semânticas totalmente distintas. Também, conseguintemente, foram selecionadas, pois são “os canais de mediação entre os dois campos ético-políticos”. “A redefinição da noção de *sociedade civil* e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal; por isso mesmo, o mais estudado”. O termo “sociedade civil” tem-se aproximado perigosamente da expressão “ONG”, em caráter mundial – é a “onguização” dos movimentos sociais (Alvarez, 1999).

 Há um crescente abandono de vínculos com os movimentos sociais que caracterizavam as ONG em períodos anteriores, isto é, a autonomização política destas molda uma situação na qual são responsáveis diante das agências internacionais que as financiam e perante o Estado contratante enquanto, espera-se, prestadoras de serviços. Contudo, não mais se tornam responsáveis perante a sociedade civil, “da qual se intitulam representantes, tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público”.

 A apropriação neoliberal da noção de cidadania, como chama a autora, é mais um caso do processo de “deslocamento de significado”, tão criticado ao longo do texto. Essa concepção reduz o significado coletivo intrínseco ao termo cidadania “a um entendimento estritamente individualista dessa noção”. Também, associa-se, com segundas e infinitas intenções, a cidadania ao mercado – “Tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor”. Há um entendimento de cidadania circunscrito à responsabilidade moral privada, com a qual a sociedade é conclamada a engajar-se em trabalhos voluntários e filantrópicos, “que se torna cada vez mais o hobby favorito da classe média brasileira, quando não mais uma alternativa terapêutica para aflições individuais”. “Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada”. Vê-se, assim, que a concepção neoliberal ditando o conceito de cidadania é uma mera redução dos princípios no passado fortemente apregoados, pois se baseia, verdadeiramente, em atitudes de caridade, as quais nem de perto podem expressar o que de fato a cidadania é.